

OBSERVAÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DE PESSOAS E BENS ENTRE AS SOCIEDADES TUPI DO SUDESTE DO PARÁ

Iara Ferraz
Centro de Trabalho Indigenista
setembro 1997*

Ao realizar, recentemente, um *survey* acerca das experiências de comercialização entre alguns grupos Tupi do sudeste paraense, estivemos por breves períodos entre os *Parakanã orientais* (da aldeia Paranatinga) e os *Asurini* do Trocará, grupos que há tempo gostaria de ter conhecido, por trabalhar nessa região há muitos anos, principalmente entre os *Gavião-Parkatêjê* de Mãe Maria e os chamados "Surui" (os *Aikewar* da TI Sororó), aldeia à qual retornei na ocasião, com os mesmos objetivos¹.

Todos guardam as semelhanças linguístico-culturais que lhes são peculiares mas, ao mesmo tempo, apresentam distinções quanto às estratégias de sobrevivência e ao modo específico de se reproduzirem social e simbolicamente como povos diferenciados, vivendo numa região que, nas duas últimas décadas, se caracterizou pelas adversidades e pressões sociais crescentes.

Ao lado da exploração madeireira e da pecuária extensiva, seguiu-se nos anos 80 a apropriação acelerada dos recursos naturais renováveis e não-renováveis na região sudeste do Pará pelo capital nacional e internacional, o que resultou numa

* Comunicação apresentada no Seminário "A presença de Galvão na Antropologia Brasileira" (Grupo de Trabalho 2), Museu Paraense Emílio Goeldi, setembro, 1997.

¹ A nossa aproximação com os grupos Tupi-Guarani vai de longa data (e aqui a nossa homenagem ao prof. Galvão); a primeira aldeia em que estivemos (ainda ao final da graduação), foi de um grupo *Mbyá-Guarani* localizado em Parelheiros, na Grande São Paulo (a leitura de Schaden, Baldus, Wagley e Galvão eram as chaves para adentrar no conhecimento do mundo tupi). Alguns anos depois, iniciamos a pesquisa no sudeste do Pará; logo visitamos os "Surui" do PI Sororó, com a preocupação específica voltada para a demarcação do seu território, questão extremamente delicada na época (a repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia tinha feito deles, com o aval da agência tutelar, uma força mercenária).

destruição maciça de seu patrimônio natural, no elevado número de conflitos agrários e na marginalização da maioria das populações locais. O ensaio de industrialização ocorrido com a implantação de projetos baseados na especulação fundiária e na supressão progressiva das florestas e castanhais nativos (cf. Ab'Sáber, 1987) mobilizou mão-de-obra barata numa primeira etapa para liberá-la em seguida para perambulação de lote em lote, pelos garimpos da região ou ameaçando a integridade das terras indígenas ali situadas; o surgimento de novos aglomerados urbanos e o súbito aumento demográfico acentuaram as carências sociais (saúde, saneamento, educação, infra-estrutura de transportes, etc.). É extenso o acervo de conhecimento produzido sobre esses processos na Amazônia Oriental (cf Ab'Saber, 1987; Castro e Hébette, 1989; Castro, 1993; Diegues, 1993, entre outros).

É neste quadro que se inserem as sociedades indígenas aqui tratadas, cujos territórios constituem-se atualmente nas poucas áreas de floresta em toda a região, sofrendo toda a sorte de pressões; ao lado do crescimento populacional havido num período já posterior ao trauma do contato, vêm ampliando suas redes de relações com agentes distintos da sociedade nacional. E o desafio permanente consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas. Ou seja, além de produzir pessoas no quadro de uma economia simbólica que também requer esforços consideráveis, impõe-se inexoravelmente a necessidade de produzir bens para comercialização. Deste modo, um processo de monetarização vai adquirindo novas dimensões e significados, em bases territoriais que vão “encolhendo” (assim se referiu certa vez *Warini*, um excepcional caçador *Aikewar*, à sua clara percepção da redução espacial que lhes fora impingida). Ao lado de identificar o conjunto das pressões externas que se avolumam sobre seus territórios, vem se tornando imprescindível lidar com a escassez crescente de recursos naturais no seu interior e, sobretudo, nas adjacências - refiro-me aqui particularmente aos *Asurini* e aos *Aikewar*. Este conjunto de fatores faz pensar,

justamente, sobre um certo esvaziamento do binômio “desenvolvimento sustentado” em se tratando da região sudeste do Pará.

Dos três grupos, dois estão confinados em territórios exíguos, sujeitos a invasões frequentes de madeireiros e de “posseiros”, os *Asurini* a 26 km ao norte de Tucuruí e os *Suruí*, ao sul de Marabá, em áreas com 21.000 e 26.000 hectares, respectivamente, com pleitos de acréscimos. Ambos sofreram os chamados “efeitos indiretos” dos mega-projetos instalados na região (UHE Tucuruí, Carajás) e assim, conforme apontou L. Andrade em 1992, ficaram à margem de recursos financeiros distribuídos na chamada “área de influência” de Carajás, evidenciando critérios pouco rigorosos da sua circunscrição. Apresentam problemas relacionados à saúde, como desnutrição e taxas de mortalidade infantil elevadas - encobertas pelo crescimento demográfico ocorrido - que refletem a escassez de fontes alimentícias. O estado atual desses grupos nos leva a pensar num impasse, num “beco sem saída” em que se encontram em termos dos critérios de sustentabilidade ecológica, econômica, social e cultural para sua existência.

Os *Asurini do Trocará* - como são conhecidos para se distinguirem dos *Asurini* do Koatinemo (rio Xingu) - após anos seguidos de negociações com agentes do governo do Estado em torno de indenizações monetárias pela construção de uma rodovia (PA-156 que liga Tucuruí a Cametá), que havia seccionado o seu parco território, estão voltando o foco de suas preocupações atuais para um novo *round* de negociações, desta vez com a Eletronorte, em vista da construção de uma linha de transmissão de 69 kV, subsidiária de Tucuruí, para o fornecimento de energia a jusante da barragem. ‘Escaldados’ pela experiência anterior repleta de desacertos e promessas descumpridas, os *Asurini* discutem agora a possibilidade de requerer, como indenização por perdas e danos, uma *área complementar* nas proximidades do rio Pacajá, de onde são originários (*cf. Andrade, op.cit.*).

Os *Asurini* dependem da comercialização de farinha, açaí, bacuri e artefatos da cultura material (“artesanato”) no mercado de Tucuruí; apesar da pouca distância (o que diminui custos de transporte, feito em geral na Toyota do Posto da FUNAI), a

oferta desses produtos é abundante e os preços alcançados, conseqüentemente, baixos.² A venda acaba sendo insuficiente para a aquisição de bens industrializados que se tornaram indispensáveis à sobrevivência das famílias *Asurini*.

As atividades de subsistência voltadas para a agricultura de suporte familiar vem sofrendo mudanças, principalmente com um certo distanciamento das novas gerações, resultando no fato de que a área cultivada acaba sendo insuficiente para a abastecimento anual. Por outro lado, o esgotamento (e aridez) dos solos nas redondezas e o uso continuado do sistema de coivara e pousio está levando a uma progressiva redução do tamanho dos roçados, cada vez mais afastados da aldeia.

De acordo com os dados do PI Trocará/FUNAI, em 1990 a população *Asurini* era de 191 indivíduos e, atualmente (junho de 1997), somam 254 pessoas, onde 36,75% é constituída por crianças de até dez anos. O acentuado crescimento demográfico havido, as precárias condições de subsistência no território diminuído, com escassez crescente de recursos refletem-se na desnutrição e mortalidade, sobretudo infantil, verificadas no mesmo período (entre 1991 e junho de 1997, foram registradas as mortes 19 crianças com menos de um ano de idade).

Quanto aos *Aikewar* da TI Sororó, situados entre Marabá e São Geraldo do Araguaia (ou seja, no miolo do chamado "bico do papagaio"), desde 1983 reivindicam as porções contíguas ao seu atual território (a oeste e ao norte), constituídas por castanhais e áreas de caça, antigas aldeias e cemitérios, excluídas da demarcação efetuada em 1977 com toda a sorte de equívocos (Ferraz, 1986, 1996). Foram inúmeras - e até o presente infrutíferas - as tentativas de retomar a questão do reconhecimento oficial dos erros havidos, possibilitando a sobrevivência futura dos *Aikewar*.³

² Os chamados "atravessadores", que intermediam a compra e venda de todos os produtos no mercado, dominam estas relações.

³ A partir de 1983, através do convênio CVRD/FUNAI, depois em 1986, através do extinto MIRAD, em 1992, pelo Ministério Público Federal e, por último, do PPTAL (Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas na Amazônia Legal) em 1996.

Dois fatos recentes agravaram ainda mais a situação. Em junho de 1995, registrou-se na TI Sororó uma grande invasão de "posseiros",⁴ contida com a intensa participação da atividade explicitamente guerreira dos poucos homens adultos e, surpreendentemente, das mulheres, antes da chegada dos agentes da FUNAI e da polícia federal⁵. Logo em seguida, em outubro do mesmo ano, no auge da estação seca, um incêndio de grandes proporções, causado por queimadas em pastagens vizinhas devastou cerca de 80% da floresta da terra indígena - castanhais e animais de caça foram queimados, reduzindo ainda mais as fontes protéicas, o que se reflete no estado de saúde cada vez mais precário de toda a população (desnutrição e seguidas epidemias de malária).

A lenta regeneração da mata no interior da Terra Indígena Sororó está associada à aridez crescente, um fenômeno que vem sendo observado naquela região de nascentes e ausência de mananciais perenes. Os *Aikewar* sobrevivem com o mínimo de caça e frutos ainda encontrados a noroeste da área - a única porção que não queimou no incêndio - assim como da comercialização da castanha-do-Pará (cuja produção anual não ultrapassa 200 hl) e, mais recentemente, de cupuaçu. Os preços baixos deste produto no mercado local (R\$ 0,30 a R\$ 0,60 /unidade) os tem levado a discutir a possibilidade de instalar na aldeia uma mini-usina para fabricação de polpa de cupuaçu (a agregação de valor a este produto surge como uma das poucas alternativas). As dificuldades de transporte são um problema a ser enfrentado; apesar da pouca distância em relação à Marabá (100 km) ou a São Geraldo do Araguaia (60 km), a ausência de condições de trafegabilidade (sobretudo nas chuvas) levam-nos a comercializar seus produtos com intermediários "no portão", ou seja à entrada da aldeia, com desvantagens conhecidas.

⁴ Estimativas de agentes do CIMI falavam em cerca de 500 pessoas que teriam invadido a área, das quais 25 foram presas e autuadas pela PF de Marabá; constatou-se que eram, em sua maioria, vizinhos dos *Aikewar*.

⁵ As mulheres adultas capturaram os invasores como reféns por um dia, na aldeia.

Apesar de tudo, os *Aikewar* apresentam um crescimento demográfico acentuado, com as consequências que a compressão territorial acarretou. No início da década de 60, quando Laraia os visitou, eram 40 pessoas e não parecia possível prever a sua recuperação (cf. 1967); com uma taxa de crescimento da ordem de 5% ao ano, em 1991 a população era de 141 indivíduos (cf. Vieira Filho, 1991); em novembro de 1996, somavam 167 pessoas, sendo que 153 na aldeia (78 mulheres e 75 homens) e 14 jovens solteiros (9 moças e 5 rapazes), entre 15 e 20 anos estudando em São Domingos do Araguaia (cf. Ferraz, 1996).

Finalmente, os *Parakanã*, que atravessaram um processo de “pacificação” recente, marcado por epidemias, fome e remoções forçadas (com a construção da Transamazônica e, em seguida, com a barragem e a formação do lago de Tucuruí), estão atualmente localizados na Terra Indígena Parakanã (municípios de Tucuruí e Itupiranga), demarcada com 359.000 hectares e sujeita a pressões de madeireiros, garimpeiros e caçadores. No seu interior estão quatro aldeias; duas são formadas pelos *Parakanã* orientais - *Paranatinga*, com 180 indivíduos e *Paranowaúna* com 107 (cf. “Programa Parakanã”, junho 1997) - localizadas ao norte, mais próximas à rodovia Transamazônica e a Repartimento (a 30 km de *Paranatinga*) e Tucuruí (a 130 km), onde comercializam seus produtos. As outras duas aldeias dos *Parakanã* ocidentais - *Maroxewara* com 87 pessoas e *Inaxyanga*, com 73 - estão situadas ao sul da área, mais próximas à Marabá e com acesso parcialmente fluvial.

Através de um segundo convênio entre a Eletronorte e a FUNAI firmado em 1988 (e redimensionado em 1990), o chamado “Programa Parakanã”, com duração prevista para 25 anos para ressarcimento dos danos causados com a construção da hidrelétrica e as remoções havidas, vem assistindo as quatro aldeias da TI Parakanã; com sede em Tucuruí e cercado de recursos financeiros e humanos, uma das metas explicitadas pelo “Programa” consiste em “equilibrar as relações econômicas e culturais entre a comunidade parakanã e a sociedade nacional”.⁶

⁶Atualmente (junho 1997) nos sub-programas de saúde, educação, estímulo à produção, vigilância e proteção ambiental e administração trabalham cerca de 27 pessoas, contratadas pelo “Programa”.

É possível observar o crescimento populacional havido nos últimos cinco anos: em 1992, os *Parakanã* da TI *Parakanã* somavam 346 indivíduos (cf. Funai, Belém, nov. 1992); em junho último, a população total era de 447 pessoas, ou seja, houve uma média de 9 nascimentos por ano em *Paranatinga* e 4,5 em *Maroxewara*. A população predominantemente jovem das aldeias e a baixa taxa de mortalidade verificada no mesmo período evidenciam a recuperação ocorrida.

Numa perspectiva comparativa entre as sociedades Jê e Tupi apontada por E. Viveiros de Castro em 1986, ambas se voltam para a produção social de pessoas como mecanismo de reprodução generalizado da sociedade, mas de maneiras diversas: de um lado, aquele fundado na acumulação e transmissão interna de capacidades e riquezas simbólicas e, de outro, aquele erguido sobre a apropriação externa dessas capacidades. No entanto, pelo que pudemos observar entre os *Parakanã* orientais da aldeia *Paranatinga*, por exemplo, assim como entre os *Asurini* e *Aikewar*, grande parte das suas preocupações atuais - e do tempo empregado nas atividades cotidianas - está fortemente voltada para a produção crescente de bens particularmente destinados à comercialização, como a coleta de castanha e do açaí (que, no caso dos *Parakanã*, não faz parte da sua dieta tradicional, cf. Santos, 1982), o plantio de arroz (e, em parte, de milho), a confecção, pelas mulheres, de modelos reduzidos de panelas de cerâmica e de artefatos como colares e pulseiras, de arcos e flechas (estes, feitos pelos homens) ou mesmo a criação doméstica de galinhas.

Estes bens traduzem-se em reservas de valor e, como tal, não têm como destino a distribuição e o consumo produtivo, regulados pelos circuitos internos de troca, como os demais produtos da coleta, da agricultura, da caça ou da pesca. Deste modo, crescem o tempo das suas atividades de subsistência no cotidiano, incluindo a necessidade de obtenção de bens industrializados, um desejo comum a todos, mulheres e homens; a acumulação individual passa assim a ter lugar de destaque onde a base de sustentação da economia simbólica e real dessas sociedades tupi são os grupos patrilineares (e patrilocais entre os *Parakanã* e *Aikewar* e matrilocais entre os *Asurini*).

Ao comentar as novas exigências voltadas para a posse de “objetos de valor” (sic), como rádios, relógios, bicicletas, etc., um líder *parakanã* afirmou-me o aumento verificado no tempo necessário ao “trabalho”, esta sim, uma das categorias mais significativas introduzidas com o contato, diminuindo talvez a produção de subjetividades, como evidencia por exemplo o encurtamento e a freqüência de realização dos ciclos rituais, como ocorre entre os *Aikewar*, os *Asurini* e, talvez, também entre os *Parakanã orientais*.

A “sustentabilidade” - entendida como um conjunto de fatores ecológicos, econômicos, sociais e culturais - destes modos diferenciados de reprodução específica talvez resida exatamente na arte de lidar simultaneamente com dimensões distintas, a saber, a da construção permanente de subjetividades e apropriação externa de capacidades (o que caracterizaria um “modo tupi” de se reproduzir), e a dimensão da produção das condições objetivas da vida material.

Agradecemos a oportunidade de ter podido apresentar aqui observações que, apesar do seu caráter ainda preliminar, acreditamos apontarem para aspectos relativos ao processo de transformações profundas que estão ocorrendo nestas sociedades e que, a nosso ver, não podem passar despercebidos de uma reflexão antropológica no campo das relações interétnicas.

Referências bibliográficas

- ▣ Ab' Sáber, A - 1987. “Gênese de uma nova região siderúrgica: acentos e distorções de origem na faixa Carajás-São-Luís”. **Pará Desenvolvimento**, Belém: Idesp, julho / dezembro.
- ▣ Andrade, Lúcia A A - 1992 - “O corpo e o cosmos. Relações de gênero e o sobrenatural entre os Asuini do Tocantins”. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP.

- Castro, Edna M.R. e Hebette, Jéan - 1989. "Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia", in E. Castro e J. Hébette (org.), **Amazônia em tempo de transição**. Belém: UFFPA/NAEA, ARNI, CELA.
 - Castro, Edna M.R. - 1993. "Modelo econômico e modos de vida: confrontos e alternativas no sul do Pará", in A. C. Diegues (org.) **A dinâmica social do desmatamento na Amazônia: populações e modos de vida em Rondônia e Sudeste do Pará**. São Paulo, UNSRID/NUPAUB, pp.20-59.
 - Fausto, Carlos - 1991. "Os Parakanã: casamento avuncular e dravidianato na Amazônia". Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
 - Ferraz, Iara - 1985. "Suruí (Aikewar) da Área Indígena Sororó: no rastro do território tradicional". Relatório conf. Port. Funai 1981/E (07.02.85), março, mimeo, 17 pp. (com mapa e memorial descritivo).
 - _____ 1996. "Novos Subsídios para a Revisão de Limites (Acréscimo) da Terra Indígena Sororó/PA". Brasília: Convênio PPTAL/FUNAI, dezembro.
 - Laraia, Roque de B. e Da Matta, Roberto -1967. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**. São Paulo: DIFEL.
 - Santos, Antonio Carlos M. dos - 1982. "Os Parakanã: quando o rumo da estrada e o curso das águas perpassaram a vida de um povo". Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo.
 - Vieira Filho, João Paulo B. - 1991. "A saúde dos Suruí do Pará". Relatório à Cia. Vale do Rio Doce, São Paulo: mimeo.
 - Viveiros de Castro, Eduardo B. - 1986. **Araweté: os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/APNPOC.
-